



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.309, DE 2024** **(Da Sra. Gisela Simona)**

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir a Seção VI ao Capítulo IV, composta pelo artigo 28-A e seus §§1º e 2º, bem como o inciso XX ao artigo 39.

**DESPACHO:**  
ÀS COMISSÕES DE  
DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL;  
DEFESA DO CONSUMIDOR E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**  
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**

(Da Sra. Deputada Gisela Simona)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir a Seção VI ao Capítulo IV, composta pelo artigo 28-A e seus §§1º e 2º, bem como o inciso XX ao artigo 39.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta lei inclui a Seção VI, ao Capítulo IV da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, composta pelo artigo 28-A e parágrafos §1º e §2º, com a seguinte redação:

**SEÇÃO VI**

**Responsabilidade Civil do Fornecedor de Produtos e Serviços contra Práticas Discriminatórias nas Relações de Consumo**

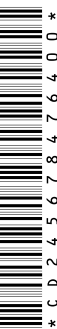
**Art. 28-A:** Os fornecedores de produtos e serviços são responsáveis, independentemente da existência de culpa, pela reparação de danos decorrentes de discriminação racial ocorrida nas relações de consumo, quando praticada pelo próprio estabelecimento comercial, seus prepostos ou representantes autônomos, no exercício de suas atividades.

**§1º** Consideram-se atos discriminatórios as práticas que envolvam preconceito ou discriminação baseada em raça, cor, etnia, origem nacional ou qualquer outra característica protegida por lei.

**§2º** Os fornecedores de produtos e serviços também serão responsáveis por atos discriminatórios ocorridos fora do estabelecimento comercial, que seja responsável, abrangendo igualmente o ambiente virtual.

**§3º** Os fornecedores de produtos e serviços devem implementar e manter políticas antidiscriminatórias, disponibilizar canais de denúncia acessíveis e adotar medidas de monitoramento e resposta a condutas discriminatórias.

**§4º** As empresas devem oferecer programas contínuos de capacitação para todos os colaboradores que lidam direta ou indiretamente com o público, incluindo aqueles terceirizados, com o objetivo de promover a inclusão e prevenir práticas discriminatórias, sob pena da incidência das sanções previstas na lei.



**Art. 2º** O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescido do inciso XX com a seguinte redação:

**XX** - realizar abordagem ou revista de forma vexatória, discriminatória ou abusiva em razão de cor, etnia, ou qualquer outra característica pessoal, atentando contra a dignidade do consumidor.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A discriminação racial é uma chaga social que persiste em diversas esferas da vida, inclusive nas transações comerciais. Nas relações de consumo, a discriminação racial pode se manifestar de várias formas, desde o tratamento diferenciado no atendimento até a recusa de venda de produtos ou serviços com base na cor da pele, origem étnica ou qualquer outra característica relacionada à raça. Diante dessa realidade, torna-se imperativo responsabilizar os fornecedores de produtos e serviços pelos danos causados por práticas discriminatórias, independentemente da existência de culpa.

Inicialmente, é fundamental reconhecer que os fornecedores de produtos e serviços têm um papel central na disseminação de valores inclusivos e no combate à discriminação racial. Como agentes econômicos que atuam na esfera pública, eles exercem influência significativa na formação de padrões de comportamento e na promoção da igualdade. Portanto, devem ser responsabilizados não apenas por suas ações diretas, mas também por eventuais práticas discriminatórias que ocorram em seu ambiente de negócios.

Além disso, a responsabilização dos fornecedores de produtos e serviços por danos decorrentes de discriminação racial está alinhada com princípios jurídicos e éticos fundamentais. O direito à igualdade e a não discriminação é consagrado em diversas legislações nacionais e internacionais, bem como em tratados e convenções dos quais o Brasil é signatário. Nesse sentido, a responsabilidade objetiva dos fornecedores, independentemente da existência de culpa, é uma medida coerente com a proteção desses direitos fundamentais.

Nesse sentido, e filtrando-se aqui tão somente decisões proferidas por tribunais de justiça estaduais, apresenta-se o estado da arte da jurisprudência sobre o tema do racismo estrutural no âmbito das relações de consumo (foram coletadas 69 decisões judiciais na pesquisa) — e o conseqüente dever de indenizar. Por razões de formatação, traz-se à baila, nesta oportunidade, apenas quatro decisões que bem demonstram o avanço jurisprudencial sobre a matéria.

Criança preta abordada de maneira excessiva dentro de estabelecimento o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), TJ-RJ – APL: 00503084720198190203, em 11/2/2022, condenou uma fornecedora a indenizar em dano moral uma criança preta de 10 anos por tratamento vexatório e antidiscriminatório consistente em abordagem excessiva em interior de loja, sem



qualquer resquício de conduta que pudesse levar a essa "inaceitável naturalização do racismo". A ementa:

*"APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. PRÁTICA DE ATO ILÍCITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. Constrangimento no interior de estabelecimento comercial. Racismo Estrutural. Abordagem vexatória, feita com excesso, realizada por preposto da Ré, sob alegação de existência de adolescentes que vão ao local para furtar produtos. Consumidor criança de dez anos. Falha na prestação do serviço evidenciada, Responsabilidade objetiva. Teoria do Risco do Empreendimento. Ato ilícito. Artigo 373, inciso II, do CPC e artigo 14, §3º, do CDC. Dano moral configurado. Infração a comando constitucional do artigo 6º da CF. Inobservância do Estatuto da Criança e do Adolescente. Excesso cometido na abordagem do Autor, que se deu de forma vexatória, o que evidentemente acarreta angústia, insegurança e abalo, bem como uma sensação de medo e injustiça. Inaceitável naturalização de racismo. Dano moral adequado e proporcional ao sofrimento experimentado. DESPROVIMENTO DO RECURSO"*.

Consumidor preto que ao passar em frente à loja foi indicado como suspeito de furto, arrastado para dentro, com chamamento de força policial e espancamento. Novamente no TJ-RJ, dois meses após o julgado acima, em 11/4/2022, houve condenação em caso que desumaniza qualquer cidadão e envergonha mesmo o País como Estado democrático de Direito, AC 0006197-31.2017.8.19.0208 : *ao passar pela frente de uma das Lojas Americanas o consumidor foi abordado por seguranças que, tendo solicitado o auxílio da força policial, o acusou de haver praticado subtração de produtos no interior do estabelecimento. Não satisfeitos os prepostos conduziram o consumidor ao interior da loja tendo ele, contudo, permanecido em local amplamente visível por todos quantos por ali passavam percebendo claramente que estava sendo acusado de roubo ou furto. Tais condutas foram verificadas pelas filmagens e os prepostos confirmaram o que o consumidor insistia em alegar (sem êxito), ou seja, que sequer havia entrado no estabelecimento.*

Outro caso inaceitável foi o ocorrido durante um voo. O Tribunal de Justiça do São Paulo (TJ-SP) reconheceu racismo estrutural no âmbito de uma relação de consumo (transporte aéreo nacional) e conseqüente dever de indenizar em decorrência do seguinte caso: como consta dos autos, uma pessoa negra comprou uma passagem aérea nacional e, ao entrar na aeronave, por estar cansado, resolveu adquirir a categoria "confortável". Ao longo do voo: 1) ao pegar o celular, a comissária de bordo o repreendeu afirmando não ser possível a utilização deste, o que causou estranheza ao consumidor, pois o passageiro ao lado fazia uso de aparelho eletrônico e nada foi dito; e 2) ao pedir um alimento, a comissária de bordo o indagou: *"o senhor quer que eu traga um copo a mais para dividir com ele?"* (a referência era a outro passageiro, preto, que estava sentado próximo ao autor, presumindo a comissária que fossem parentes por serem da mesma cor). Veja-se trecho do julgado do TJSP. Procedimento do Juizado Especial Cível. Indenização por Dano Moral. 1003699-03.2018.8.26.0082:

*"(...) O fato de ter uma pessoa negra utilizando um transporte deveras "elitizado" pode causar um certo espanto, ainda que inconsciente em determinados grupos*



*de pessoas. Quando há duas pessoas negras dentro de um mesmo voo, presume-se que sejam parentes ou que se conheçam. Tal fenômeno, faz parte de narrativa discriminatória, presente no inconsciente coletivo, que sempre colocam as minorias em locais de subalternidade. Não restam dúvidas de que houve prática de racismo e que pelas condições em que foi praticada fundamentam a concessão de indenização pelos danos morais sofridos. Ora, usando-se as palavras do autor Silvio Almeida 'O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que que constituem as relações políticas, econômicas e jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. (...) danos morais, no importe de R\$10.000,00 (dez mil reais) sobre os quais deverão incidir correção monetária pela Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, desde hoje por se tratar de arbitramento e juros de mora de 1% ao mês, desde a citação'.*

Hotel é condenado a indenizar vítima de ação discriminatória. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJ-DFT) no Processo nº 0737400-60.2018.8.07.0016 condenou hotel a indenizar em danos morais consumidora preta que passou por situação de discriminação racial ao ser a única abordada, dentro de um grupo de quatro pessoas, no *hall* do hotel em que ambos estavam hospedados. Consta da decisão:

*“Caracterizada a diminuição de pessoa humana em razão da cor da pele, em evidente menoscabo ao postulado da dignidade humana e da igualdade. É preciso que essa prática institucional abjeta e repugnante seja extirpada das medidas de governança corporativa, sendo dever do prestador de serviços implementar treinamento sério e contínuo de seus colaboradores, bem como de condutas ativas, com vistas a rechaçar qualquer tipo de preconceito em seu ambiente institucional.”*

Diante dos casos apresentados acima, fica claro que a adoção de uma postura proativa na responsabilização dos fornecedores é necessária para contribuir com a prevenção da discriminação racial nas relações de consumo

. Ao impor consequências efetivas para práticas discriminatórias, cria-se um ambiente no qual tais comportamentos são desencorajados e onde a diversidade e a inclusão são valorizadas. Isso não apenas protege os direitos dos consumidores, mas também fortalece a coesão social e promove o respeito à dignidade humana.

Por fim, é importante ressaltar que a responsabilização dos fornecedores de produtos e serviços por danos decorrentes de discriminação racial não se restringe apenas à reparação financeira. Embora a compensação pelos prejuízos causados seja essencial, medidas adicionais, como a implementação de políticas



antidiscriminatórias, a capacitação de funcionários e a promoção da diversidade, são igualmente importantes para prevenir a ocorrência de novos casos de discriminação.

Em suma, os fornecedores de produtos e serviços devem ser responsabilizados por danos decorrentes de discriminação racial nas relações de consumo, independentemente da existência de culpa. Essa medida não apenas protege os direitos dos consumidores, mas também reforça valores de igualdade, dignidade e respeito à diversidade na sociedade como um todo.

Diante dos motivos expostos, e sendo inegável o alcance social da matéria em tela, estamos certos de que contaremos com o apoio de nossos Pares para a **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputada GISELA SIMONA  
União-MT





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 8.078, DE 11 DE  
SETEMBRO DE 1990**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei8078-11-setembro-1990-365086-norma-pl.html>

**FIM DO DOCUMENTO**